



Estado de Mato Grosso

LEI Nº 3 097 , DE 29 DE OUTUBRO DE 1 971.

Define o "modus" de remunerar o pes soal do serviço de fiscalização, enquan to não entra em vigor a Lei que estabe lece novo sistema de retribuição para o pessoal do fisco e dá outras providên cias.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria da Fazenda, autorizado a efetuar o pagamento da remuneração mensal dos Delegados Fazendários Executivos e de Coordenação e dos respectivos Sub-Delegados e dos Agentes Fiscais de Rendas Estaduais, a partir do mês de setembro do corrente exercício e até que entre em vigor a Lei que estabelece novo sistema de retribuição para o pessoal do fisco, nas seguintes bases:

a) -Delegados Executivos e de Coordena

•	0		
	ção	Cr\$	3.500,00
b)	-Sub-Delegados Executivos e de Coor		
	denação	Cr\$	2.730,00
c)	-Agentes Fiscais de Rendas Estaduais	:	
	1 - AF-IV	Cr3 -	2.495,00
	2 - AF-III	Cr\$	2.619,75
	3 - AF-II	CrS	2.749,49
	4 - AF-I	CrS	2.884.22

Parágrafo único - As bases para a remuneração mensal dos servidores de que trata êste artigo são calculadas de acôrdo com o que prescreve a Lei nº 2.970, de 30 de dezem

bro de 1 969, e representam, para os Delegados e Sub-Delegados e remuneração média, que é o concurso do vencimento fixo e das gratificações por produtividade e por chefia; para os Agentes Fiscais de Rendas Estaduais para a remuneração média concorrem o vencimento fixo da classe a que pertence o Agente Fiscal, a gratificação por produtividade e o pró-labore setorial.

Artigo 2º - A remuneração mensal dos Agentes Fiscais de Rendas Estaduais que se encontram em gôso de férias regulamentares, licenciados a qualquer título, em disponibilidade, requisitado para missão especial de interesse do Estado e à disposição de Órgão do Estado, do Município ou da União, a partir do mês de setembro do corrente exercício e enquanto perdurarem essas situações legais ou até que entre em vigor a Lei que estabelece novo sistema de retribuição para o pessoal do fisco, será a média das remunerações percebidas nos 12 (doze) últimos meses.

Parágrafo único - Não se computa na média das remu nerações a que se refere êste artigo o pró-labore setorial de que trata a Lei nº 2 970, de 30 de dezembro de 1 969.

Artigo 3º - A remuneração mensal do Agente Fiscal de Rendas Estaduais, desde que tenha cessado a situação delineada no artigo anterior e em que se encontrava antes de entrar em vigor a Lei que estabelece novo sistema de retribuição para o pessoal do fisco, será, de acôrdo com a sua classe, a constante do artigo 1º desta Lei.

Artigo 4º - Revogadas todas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palício Alencastro, em Cuiabá 29 de Outubro de

971, 150º da Independência e 83º da República.

120 .

Glowa Francisk Market

landy